



e-I@tina. Revista electrónica de estudios  
latinoamericanos  
ISSN: 1666-9606  
revista.elatina@gmail.com  
Universidad de Buenos Aires  
Argentina

# Os assassinatos de Bruno Pereira e Dom Philips e a defesa das terras indígenas no Brasil

**Coelho Prado, Maria Ligia**

Os assassinatos de Bruno Pereira e Dom Philips e a defesa das terras indígenas no Brasil

e-I@tina. Revista electrónica de estudios latinoamericanos, vol. 21, núm. 82, 2023

Universidad de Buenos Aires, Argentina

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=496473258013>



Esta obra está bajo una Licencia Creative Commons Atribución-NoComercial 4.0 Internacional.

# Os assassinatos de Bruno Pereira e Dom Philips e a defesa das terras indígenas no Brasil

Maria Ligia Coelho Prado lcprado@uol.com.br

*Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), Brasil*

**Resumo:** No domingo, dia 5 de junho de 2022, o indigenista Bruno Pereira e o jornalista inglês Dom Philips desapareceram na região do Vale do Javari, no Amazonas. Eles estavam completando uma expedição de 17 dias pela Terra Indígena Vale do Javari. Este artigo nasce sob o forte impacto dos assassinatos de Bruno Pereira e de Dom Philips. As mortes do indigenista e do jornalista provocaram inúmeras manifestações de indignação e comoveram grande parte da sociedade brasileira. Pretendo refletir sobre os aspectos principais da tragédia, analisar criticamente as versões e visões oficiais sobre os crimes e mostrar as relações entre os assassinatos e a questão das terras indígenas no Brasil.

**Palavras-chave:** Brasil, asesinatos, território indígena.

**Abstract:** On Sunday 5th of June of 2022, indigenist Bruno Pereira and English journalist Dom Philips vanish in the region of Vale do Javari in the Brazilian Amazon. They were on a 17-day expedition through the Indigenous territory of Vale do Javari. This articles is born out of the strong impact caused by the murders of Bruno Pereira and Dom Philips. The deaths of these two men sparked countless manifestations of indignation and emotionally moved a large part of Brazilian society. I intend to reflect on the main aspects of this tragedy, to analyze the different versions and the official discourse about the crimes critically, and to show the links between the murders and the subject of Indigenous land in Brazil.

**Keywords:** Brazil, murders, indigenous territory.

e-l@tina. Revista electrónica de estudios latinoamericanos, vol. 21, núm. 82, 2023

Universidad de Buenos Aires, Argentina

Recepción: 06 Septiembre 2022

Aprobación: 29 Octubre 2022

Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=496473258013>

## À guisa de Introdução

Escrever sobre um acontecimento tão recente, como os assassinatos de Bruno Pereira e de Dom Philips é um desafio para esta historiadora não habituada a examinar temas do presente. As mortes do indigenista e do jornalista provocaram inúmeras manifestações de indignação e comoveram grande parte da sociedade brasileira.

Assim, este artigo nasce sob o forte impacto desse fato. Pretendo refletir sobre os aspectos principais da tragédia, analisar criticamente as versões e visões oficiais sobre os crimes e mostrar as relações entre os assassinatos e a questão das terras indígenas no Brasil.

## A tragédia

No domingo, dia 5 de junho de 2022, o indigenista Bruno Pereira e o jornalista inglês Dom Philips desapareceram na região do Vale do Javari, no Amazonas. Eles estavam completando uma expedição de 17 dias pela

Terra Indígena Vale do Javari e se dirigiam ao município de Atalaia do Norte, que fica a 1.136 km de Manaus.

Os indígenas foram os primeiros a iniciar as buscas já no próprio domingo. Os helicópteros do governo só começaram a sobrevoar a área 48 horas depois. Numa angustiante expectativa, se indagava o que poderia ter acontecido aos dois. Estariam perdidos no rio ou teriam sido mortos? Com o passar dos dias, a esperança de encontrá-los vivos se desvaneceu.

A imprensa brasileira deu ampla cobertura ao ocorrido e o caso ganhou dimensão internacional, porque uma das vítimas era um jornalista inglês. Até mesmo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da ONU e o Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos solicitaram que se redobrassem esforços para encontrar os desaparecidos. A imprensa e a mídia internacionais se manifestaram reivindicando que o presidente Jair Bolsonaro intensificasse as buscas pelos dois homens.<sup>[2]</sup>

Um primeiro suspeito, Amarildo da Costa Oliveira, foi preso no dia 8 de junho. A prisão aconteceu depois que testemunhas afirmaram à Polícia Federal ter visto uma lancha de cor verde, descendo o rio, logo após a lancha de Pereira e Philips ter passado. O barco foi identificado como pertencendo a Amarildo. Alguns dias depois, a polícia civil do Amazonas prendeu Oseney da Costa dos Santos, irmão de Amarildo e, posteriormente, outro suspeito, Gabriel Pereira Dantas, se entregou à polícia de São Paulo.

No dia 12 de junho, por indicação dos indígenas, bombeiros encontraram, submersos numa área às margens do rio Itaquai, uma mochila e objetos pessoais pertencentes a Bruno e Dom.

Oliveira, no dia 15, confessou sua participação no assassinato dos dois homens. Ele indicou o local onde havia enterrado os corpos, bem como o lugar em que a lancha de Pereira e Philips tinha sido afundada.

Bruno foi atingido por três tiros e Dom, com um tiro. Seus corpos foram esquartejados, incendiados e enterrados em uma área próxima a um igarapé, quase no limite da terra indígena Vale do Javari. No dia 19, a embarcação utilizada por eles foi localizada a 20 metros de profundidade e resgatada.

Haveria um mandante por trás desses assassinatos hediondos? Duvidava-se que a ação teria sido perpetrada por simples pescadores ribeirinhos. No dia 7 de julho, a Polícia Federal prendeu Ruben Villar, apelidado de Colômbia, como o principal suspeito de ter sido o mandante do crime. Mas não houve mais informações sobre essa pessoa ( *Folha de São Paulo*, 13 de junho de 2022, p. A6; *Folha de São Paulo*, 19 de junho de 2022, p. A8).

Em julho, os três presos confessos pelos assassinatos se tornaram réus. O Ministério Público os acusou de duplo homicídio qualificado e de ocultação de cadáveres, classificando a motivação do assassinato como fútil. O processo passou para a instância federal, por ser crime relacionado à violação dos direitos dos indígenas ( *Folha de São Paulo*, 26 de julho de 2022, p. A 9). O juiz federal Fabiano Verli que aceitou a denúncia contra os três acusados declarou que “o caso revela o grau de abandono

dessa região ainda muito preservada e de valor ecológico e etnográfico inestimável” ( *Folha de São Paulo*, 23 de julho de 2022, p. A 11).

## O cenário

Essa tragédia aconteceu no vale do Javari, a segunda maior terra indígena do Brasil, <sup>[3]</sup> que está localizada no extremo oeste do Amazonas, na fronteira com o Peru e a Colômbia e abriga mais de 6 mil indígenas de 26 grupos diferentes, 19 dos quais são isolados. Eles compõem o maior número de indígenas em isolamento voluntário do mundo. <sup>[4]</sup>

Um quarto da população indígena do Brasil vive na Amazônia. De acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, a população indígena do Brasil é de 896.000 pessoas, pertencentes a 305 etnias e falando 274 idiomas diferentes. Haverá novo censo em 2022 e calcula-se que esse número deverá chegar a um milhão.

O desmatamento da floresta tem sido uma preocupação constante dos ambientalistas do Brasil e do mundo, pois a destruição sistemática das matas – que cresceu enormemente durante o governo Bolsonaro – contribui de forma decisiva para o aquecimento global. E os indígenas são considerados os fundamentais guardiões da floresta, pois cuidam da sua preservação, já que seu modo de vida depende dela.

## As personagens

Bruno da Cunha Araújo Pereira, 41 anos, pernambucano, era casado com a antropóloga Beatriz de Almeida Matos e pai de uma filha de 16 anos e de dois filhos de 2 e 3 anos. Entrou para a Funai como funcionário concursado em 2010. Em 2018, Pereira se tornou o Coordenador-geral de Índios Isolados e de Recém Contatados da Funai, no Vale do Javari.

Em 4 de outubro de 2019, Bruno foi exonerado dessa função por Luiz Pontel, secretário executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública, então comandado por Sérgio Moro. Por “coincidência”, a exoneração ocorreu depois de Bruno, um mês antes, ter colaborado com a Polícia Federal para destruir 60 balsas ilegais de garimpeiros que exploravam minérios em áreas próximas às terras indígenas Vale do Javari.

Pereira, então, decidiu se licenciar da Funai e ser consultor da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja). Ele foi convidado a participar da equipe em razão de seu notório saber, da confiança que nele depositavam e de seu conhecimento de 4 das línguas dos povos do Javari. Porém, o projeto mais importante a que se dedicava era o de montar um programa de monitoramento por satélite para capacitar as comunidades a terem meios eficazes para a proteção de suas terras.

Bruno e outros integrantes da Univaja receberam várias ameaças de morte, sendo uma dela feita na principal praça de Atalaia do Norte por dois pescadores ilegais. Eles disseram que iam lhes dar “um tiro na cara”, do

mesmo modo que acontecera com o também indigenista Maxciel (Max) Pereira dos Santos, morto com tiros na cabeça, em Tabatinga, em 2019.

A jornalista Miriam Leitão escreveu que Bruno Pereira desempenhou um papel central como mediador da Justiça Eleitoral na Terra Indígena Vale do Javari. Ao lado da juíza Bárbara Folhadela, e com o apoio do Exército, ele foi peça central para ali instalar seções eleitorais com urnas eletrônicas, nas eleições de 2014.

A juíza Folhadela, hoje em Manaus, afirmou: " Bruno era o elo da Justiça com os indígenas. [...] Hoje, ouço que ele estava numa aventura. Não é verdade. Eu preciso testemunhar que a trajetória dele foi muito maior do que a gente imagina. Bruno não pode ser esquecido, nem a imagem dele pode ser maculada".<sup>[5]</sup>

Dominic Mark Philips, 57 anos, era um experiente jornalista inglês, radicado há 15 anos no Brasil. Vivia em Salvador com sua mulher, Alessandra Sampaio. No Brasil, Philips escrevia com regularidade para o jornal britânico, *The Guardian*. Também colaborava com matérias para o *Washington Post*, *New York Times* e *The Intercept*. Segundo o jornalista Andrew Fishman, Dom era um dos jornalistas mais éticos e corajosos que conheceu. Recusou empregos mais lucrativos para fazer o que amava (Fishman, 2022).

Estava fazendo pesquisas - com uma bolsa da Alicia Patterson Foundation - para um livro que se chamará "Como salvar a Amazônia". De acordo com a jornalista Sylvia Colombo, quatro capítulos já estão prontos e seus amigos terminarão o livro a partir das notas por ele deixadas. Segundo ela, Dom era um amante da natureza e tinha um interesse legítimo pelo futuro da Amazônia. Estava muito bem-preparado para a viagem, pois tinha um vasto repertório de leituras e entrevistas, ao lado de imensa bagagem teórica já processada. Assim, "não se meteu na floresta de modo desavisado ou "aventureiro", como Bolsonaro afirmou" (Colombo, 2022).

Jonathan Watts, editor para assuntos ambientais do *The Guardian*, escreveu que a competência de Dom se traduzia em seu cuidado de pesquisar e checar os fatos sobre qualquer assunto que escrevia. Foi sua cobertura do desastre ambiental de Mariana, em 2015, que o levou a se interessar fortemente pelos temas ambientais. Passou a se dedicar a fazer reportagens sobre a devastação da floresta por madeireiros e grileiros.

Em 2018, ele havia conhecido Bruno Pereira e este o persuadiu a focar nas comunidades intocadas na floresta. Bruno disse a Dom: "isto não é sobre nós"; "os indígenas são os heróis". E, assim, no começo de junho, se encontraram para fazer a viagem fatal ao Vale do Javari (Watts, 2022). Essa visita deveria ser uma das últimas para o livro que estava escrevendo.

Em suma, Dom Phillips havia compreendido a gravidade da situação na Amazônia e pretendia documentá-la. Bruno, de acordo com seus companheiros, fez jus ao legado deixado pelos sertanistas Cândido Rondon, pelos irmãos Villas-Bôas e por Sydney Possuelo, considerado o maior especialista em grupos indígenas isolados.

## As vozes e versões oficiais do governo Bolsonaro

### *A imputação de culpa às vítimas*

O assassinato de Bruno Pereira e de Dom Philips foi amplamente noticiado pela mídia brasileira. De uma maneira geral, as matérias assumiram um viés crítico à atuação do governo, denunciaram a violência na região e enfatizaram a brutalidade dos crimes.

Mas, vozes oficiais foram dissonantes e reproduzidas pela mídia bolsonarista. Bolsonaro, procurando se eximir de suas responsabilidades, tentou fazer recair a culpa sobre Pereira e Philips. Atacou-os, afirmando que os dois entraram em terra indígena sem terem pedido autorização da Funai: “Tem um protocolo a ser seguido e naquela região normalmente você entra escoltado. Foram para *uma aventura*.” Dois dias antes, já havia usado essa mesma expressão, dizendo que o trajeto empreendido por Pereira e Philips não era recomendado: “Duas pessoas apenas num barco, numa região daquela completamente selvagem é *uma aventura* que não é recomendada que se faça” ( *Folha de São Paulo*, 10 de junho de 2022 e 8 de junho de 2022, grifos meus).

Em outra menção, Bolsonaro criticou o jornalista britânico: “Esse inglês era *mal-visto* na região, porque fazia muita matéria contra garimpeiros, questão ambiental, então naquela região lá que é bastante isolada, muita gente não gostava dele. Ele tinha que ter mais que redobrada atenção para consigo próprio e resolveu fazer *uma excursão*. A gente não sabe se alguém viu e foi atrás dele lá, tem pirata no rio, lá tem tudo que possa imaginar” ( *Folha de São Paulo*, 16 de junho de 2022, grifos meus).

Como se depreende de suas palavras, o presidente desqualifica e distorce os bem definidos objetivos profissionais da viagem de Bruno e Dom. O trabalho do bom jornalismo é exatamente o que Dom estava realizando: pesquisar, documentar e denunciar os abusos do poder. Para tanto, não precisava pedir autorização a ninguém para entrar nessas terras. E Bruno efetuava seu trabalho habitual junto às comunidades ribeirinhas. E, mais ainda, em suas referências contra Dom, Bolsonaro implicitamente está incentivando ações de criminosos, ao assumir que a região é uma terra sem Estado e sem lei.

Ademais, como o conhecimento da língua portuguesa não está entre as qualidades do presidente, ele usou dois termos cujos sentidos se excluem. *Aventura* supõe acidentes, imprevistos, perigo, enquanto *excursão* supõe viagem ou passeio agradáveis.

Por sua vez, o vice-presidente Hamilton Mourão minimizou o acontecido e colocou os assassinatos na vala comum de consequências da embriaguez. Afirmou que a morte do jornalista britânico foi um “efeito colateral” do trabalho do indigenista. “O Dom entrou de gaiato nessa história”. E continuou: “Na minha avaliação, deve ter acontecido no domingo, a turma bebe, se embriaga, mesma coisa que acontece aqui na periferia das grandes cidades” ( *Folha de São Paulo*, 21 de junho de 2022). Qualquer comentário sobre essa fala é dispensável.

O presidente da Funai, delegado da Polícia Federal Marcelo Xavier, nomeado por Bolsonaro em 2019, também criticou o que chamou de “exploração midiática” do desaparecimento de Dom e de Bruno. Repetindo os argumentos de Bolsonaro, Xavier reiterou que algumas pessoas sabem do risco desse tipo de viagem, “mas insistem em ir lá” (.). Ele não deve saber que Pereira fez mais de 50 viagens pela Funai, sendo 12 delas para o município de Atalaia do Norte.

### *A invisibilidade indígena*

Outra face das posições oficiais do governo Bolsonaro mostrou-se evidente na primeira entrevista coletiva, dada em Manaus, no dia 15 de junho, por forças de segurança, depois que os corpos dos assassinados foram encontrados. Estavam presentes o superintendente da Polícia Federal do Amazonas, os comandantes do Exército, da Marinha e do Corpo de Bombeiros e representantes das polícias civil e militar do Amazonas. A uniformidade das falas dos integrantes da mesa indicava que estavam bem ensaiados. Todos, sem exceção, disseram a mesma coisa, ou seja, louvaram a rapidez com que o caso tinha sido resolvido e a importância da perfeita integração entre agências federais e estaduais na busca pelos desaparecidos. Nenhum deles mencionou, uma única vez, a participação indígena nessa empreitada. Após as apresentações, a primeira pergunta foi a da jornalista britânica, Katy Watson, correspondente da BBC, que frisou a fundamental ajuda dos indígenas nas buscas, e salientou a invisibilidades deles nas manifestações oficiais. A resposta do superintendente da Polícia Federal no Amazonas, delegado Eduardo Alexandre Fontes, foi rápida e pouco enfática: “De fato, foi um equívoco a gente não mencionar o trabalho realizado com os ribeirinhos e os indígenas locais, muitos deles nos acompanharam nas embarcações e nas aeronaves” (Sakamoto, 2022).

O silêncio sobre os indígenas contrastava com o fato de terem sido eles os primeiros a realizarem as buscas por Pereira e Dom e, em seguida, identificarem o perímetro a ser investigado e o local em que os corpos estavam. No noticiário televisivo, eles sempre apareciam como guias, bem à frente dos demais.

A jornalista Eliane Blum, que vive em Altamira, no Pará, e que conhece os problemas da região, escreveu que foram os indígenas, sob a coordenação da Univaja, “quem realmente empreenderam as buscas e nunca pararam de procurar, com todos os recursos que tinham. Nos primeiros dias de busca, além deles, literalmente apenas meia dúzia de policiais militares”. Nenhum helicóptero foi cedido nos primeiros momentos (Blum, 2022).

Endosso a perspectiva crítica de Leonardo Sakamoto. Para esse jornalista, o “esquecimento” dos indígenas é “paradigmático do que nós somos, de como excluímos os povos indígenas e do Brasil sob Bolsonaro. Esse ‘equívoco’ está presente na invasão de seus territórios para criminosos garimparem, extraírem madeira, caçarem e pescarem, matando seus filhos e, eventualmente, indigenistas e jornalistas. Está no roubo de suas terras,

sob a justificativa de que faziam parte de um ‘deserto verde’ a ser explorado por agropecuaristas; no furto de conhecimento médico ancestral desses povos - que se torna remédio no exterior sem pagar um centavo de royalties” (Sakamoto, 2022).

### *As manifestações anti-indígenas de Bolsonaro*

Para quem acompanha a carreira política de Bolsonaro antes de sua chegada ao cargo de presidente <sup>[6]</sup>, suas atitudes e manifestações sobre a morte de Bruno e Dom estão perfeitamente coadunados com depoimentos anteriores sobre o lugar dos indígenas e de suas terras. Em artigo revelador, o jornalista Ricardo Kotscho relembra algumas dessas falas. Saliento três, que considero especialmente relevantes.

Numa entrevista, em 2015, afirmou Bolsonaro: "Os índios não falam nossa língua, não têm dinheiro, não têm cultura. São povos nativos [...] Reservas indígenas sufocam o agronegócio. No Brasil, não se consegue diminuir um metro quadrado de terra indígena. [...] Não tem terra indígena onde não tem (sic) minerais. Ouro, estanho e magnésio estão nessas terras, especialmente na Amazônia, a área mais rica do mundo. Não entro nessa balela de defender terra para índio” (Kotscho, 2022).

Já trabalhando por sua candidatura à presidência, em 2017, dizia: "Pode ter a certeza de que se eu chegar lá (Presidência da República) não vai ter dinheiro para ONG. Se depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa. Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola” (Kotscho, 2022). <sup>[7]</sup>

Em plena campanha eleitoral, em agosto de 2018, declarou: "Se eleito, eu vou dar uma foçada na Funai, mas uma foçada no pescoço. Não tem outro caminho. Não serve mais" (Kotscho, 2022).

Essas manifestações de Bolsonaro demonstram, de maneira explícita, sua visão a respeito dos indígenas e de suas terras. Um indigenista e um jornalista que defendiam a cultura dos povos originários e se posicionavam contra grupos ilegais e criminosos que rondavam suas terras e ameaçavam os seus habitantes não poderiam contar com a simpatia e o apoio do presidente.

## **O discurso bolsonarista em perspectiva histórica**

Os argumentos de Bolsonaro - compartilhados, é bom enfatizar, por parte de parlamentares do Congresso Nacional - de que “os índios não têm cultura” e de que não se deve “defender terra para índio” não são novos e ressoam ecos e permanências de debates ocorridos há mais de um século.

Em setembro de 1908, o diretor do Museu Paulista, Hermann von Ihering, partindo da ideia de que os indígenas impedem o avanço sobre as suas terras, assumia posições bastante radicais. Escreveu sobre a resistência obstinada dos índios Kaingang: "Os atuais índios do Estado de São Paulo não representam um elemento de trabalho e de progresso. Como também nos outros estados do Brasil não se pode esperar trabalho sério e



continuado dos índios civilizados e, como os Kaingang são um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio de que se possa lançar mão senão o seu extermínio" (von Ihering, 1989a, p. 72).

Três anos depois, em outro artigo na mesma revista, von Ihering aduzia mais alguns elementos à tese do extermínio: "o índio catequizado é um homem depravado, chega a dizer o General Couto Magalhães, e vale a pena registrar aqui ao lado do juízo competente dele, a opinião do não menos competente general americano Custer, que diz que 'bom índio unicamente é um índio morto'" (von Ihering, 1989b, p.80).

Essa visão de von Ihering guardava relações com debates do século XIX que punham em questão "a humanidade dos indígenas" e lançava dúvidas a respeito de sua capacidade para evoluíram na direção que poderia conduzi-los ao estágio da civilização (Cunha, 1992, p. 134). Havia, inclusive, uma corrente que preconizava o uso da força bruta contra os índios considerados "bravos", ou seja, aqueles que não se sujeitavam a ceder suas terras.

Mas a política oficial do Brasil Republicano foi em outra direção. A solução de extermínio foi combatida pelos positivistas que saíram vitoriosos desse embate. Como se sabe, as ideias positivistas foram muito difundidas no Brasil a partir da segunda metade do século XIX e tiveram forte impacto sobre militares, políticos e intelectuais, ganhando um relevante espaço político no cenário nacional. De acordo com seus princípios evolucionistas, advogaram uma política indigenista das mais respeitadas que o Brasil conheceu (Cunha, 1992, p.135). Como afirma Gagliardi, "numa época em que os índios eram exterminados à bala por serem considerados um empecilho ao progresso, o Apostolado Positivista do Brasil adotou como uma das suas bandeiras de luta a defesa desses povos e dos territórios que habitavam" (Gagliardi, 1989, p.171).

Os positivistas também foram os responsáveis por uma outra decisão que se mostrou relevante na história dos indígenas do Brasil a partir do século XX. Tendo à frente o prestigiado (e, também, positivista) tenente coronel Cândido Mariano da Silva Rondon – mais tarde, Marechal - foi fundado, em junho de 1910, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) com a finalidade de contactar grupos indígenas que resistiam armados à invasão dos seus territórios e impedir seu extermínio. Rondon havia se tornado figura lendária, considerado herói nacional, em consequência do trabalho que desempenhou, desde 1890, na construção da rede telegráfica em áreas do longínquo interior do país. Nesses rincões distantes, Rondon conheceu inúmeros grupos indígenas e assumiu a proteção de suas vidas e de suas terras. Seu lema era: "morrer se necessário for; matar nunca" (Gagliardi, 1989; p. 143).<sup>[8]</sup>

A criação do SPI enfrentou, desde o princípio, pressões de setores conservadores e clericais que foram radicalmente contrários à sua fundação. Lembre-se que desde a segunda metade do século XIX, a Igreja Católica desfrutava de privilégios especiais, concedidos pelo Estado, para catequizar os indígenas. Importante que se enfatize que o SPI, apesar de uma primeira fase marcada pela coragem e dedicação dos seus agentes,

não conseguiu impedir os abusos, as arbitrariedades e as muitas mortes da população indígena.

Durante os 57 anos de atividade, o SPI esteve diversas vezes na iminência de ser extinto. Posteriormente, entrou em decadência, tendo enormes dificuldade em demarcar os territórios indígenas e em fazer respeitar os que tinham sido demarcados ao longo desses anos (Gagliardi, 1989; p.278 e segs).

Durante a ditadura (1964-1985), o SPI foi extinto e em seu lugar foi criada, em 5 de dezembro de 1967, a Fundação Nacional do Índio (Funai) com objetivos semelhantes aos da SPI: proteção dos direitos dos povos indígenas, demarcação de terras e acesso aos direitos de seguridade social e educação escolar indígena. A Funai igualmente enfrentou muita oposição e não tem sido capaz de defender adequadamente as terras e os direitos dos indígenas.

É justamente sobre a Funai que recai a ira de Bolsonaro. Como visto anteriormente, ele afirmou pretender dar “uma foiçada no pescoço” da instituição.

## O inquietante presente e o incerto futuro

A Constituição brasileira de 1988 é um marco nas relações entre o Estado e os povos indígenas. A partir dessa Carta Magna, os indígenas deixam de ser considerados indivíduos tutelados, rompendo-se a tradição de propor sua integração à sociedade brasileira. Isto significa reconhecer aos indígenas o direito de manter a sua própria cultura e de abandonar a perspectiva assimilacionista (Garfield, 2001). Também passam a ter o direito, como os demais cidadãos brasileiros, a votar e serem votados, com a condição de terem mais de 18 anos e serem alfabetizados em língua portuguesa.<sup>[9]</sup> Igualmente, abre-se a possibilidade das associações indígenas de se constituírem como pessoas jurídicas. desde então, novas associações se multiplicaram.

A Univaja, para a qual Bruno Pereira prestava assessoria, foi criada, em 5 de abril de 2010, dentro desse novo quadro. De acordo com seu site oficial, é “uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, partidários e religiosos, com sede e foro em Atalaia do Norte no Estado do Amazonas”. A Associação congrega as organizações de base de sete povos indígenas, visando a defesa de seus direitos constitucionais e valorizando seus conhecimentos tradicionais. É dirigida por uma coordenação composta por um colegiado que representa a coletividade dos indígenas que habitam a área do Vale do Javari.

A Univaja tem se manifestado fortemente contra a Funai sob o governo Bolsonaro. Seu ex-coordenador, Jader Marubo, afirmou no dia 14 de julho de 2022, em reunião no Senado, que agora os indígenas sentem as consequências da política anti-indígena prometida pelo presidente da República, em 2018, durante a campanha que o elegeu. “Se tivesse uma Funai forte, uma Funai atuante, que fizesse o trabalho para a qual foi criada a fazer, hoje o Bruno estaria vivo. Em campanha mesmo, o

presidente Bolsonaro falou que ele iria ceifar, hoje entendemos o que é ceifar a Funai” (Instituto de Estudos Socioeconômicos, 2022).

O atual presidente Univaja, Paulo Marubo, em entrevista à Rádio Nacional do Alto Solimões contou que participou, no dia 19 de junho de 2022, de uma reunião com o procurador-geral da República, Augusto Aras, juntamente com outras lideranças indígenas e representantes da Polícia Federal, Exército e Funai. Destacou a preocupação dos povos indígenas com as frequentes ameaças que as lideranças vêm sofrendo e que, diante da ausência da ação do Estado, eles precisam cuidar de sua própria proteção e do monitoramento das terras indígenas.

Outro documento fundamental que denuncia a atual situação dos grupos indígenas e a atuação da Funai sob o governo Bolsonaro, é o dossiê "Fundação Anti-Indígena", organizado pela INA (Indigenistas Associados) e pelo Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos). O presidente da Funai, Marcelo Xavier é apontado como o principal executor da política anti-indigenista na Funai. Segundo o dossiê, "a Fundação passou a implementar uma política interna de 'perseguição e constrangimento' aos servidores concursados, impondo obstáculos para impedir sua atuação de resistir ao projeto de etnocídio".<sup>[10]</sup> Afirma, ainda, que a estrutura do órgão está a serviço de uma política de extermínio, que impede novas demarcações e facilita a invasão dos territórios e a implantação de atividades predatórias e criminosas.

A gravidade da situação mereceu até mesmo um editorial da Folha de São Paulo, no final de julho, intitulado "Perseguição na Funai". Nele, o jornal afirma que o Ministério Público Federal apresentou uma denúncia à Justiça Federal do Amazonas na qual acusa Marcelo Xavier de perseguir servidores do órgão e associações indígenas, tendo inclusive acionado a Polícia Federal e a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) contra eles. O editorial finaliza, de forma bastante veemente: "Ao pôr em marcha a máquina estatal com fim de pressionar os agentes da Funai a se afastar do exercício de sua missão institucional, a liderança da Fundação assumiu postura digna de governos totalitários e mostrou o tamanho do seu descaso com as populações que o órgão deveria proteger" (Editorial *Folha de São Paulo*, 30 de julho de 2022, p. A2).

## Considerações finais

Pessimista na razão, otimista na vontade. A expressão do romancista francês Romain Rolland, que Antonio Gramsci tornou bastante conhecida é o lema que inspira estas minhas considerações finais.

Se, por um lado, é indiscutível que os assassinatos de Bruno Pereira e de Dom Philips tiveram um grande impacto e despertaram a indignação de grande parte da sociedade brasileira, por outro, o que foi apresentado neste texto mostra que o meu olhar sobre o presente é bastante pessimista.

E, olhando para o passado, essa mesma perspectiva se mantém. Desde a chegada dos portugueses, os indígenas foram combatidos, escravizados ou dizimados. Ao longo dos três séculos de colônia, a guerra aos indígenas foi

sempre oficialmente justificada como defensiva e sua sujeição considerada benéfica aos que se submetiam às leis e ao cristianismo (Cunha, 1992; p. 136).

Desde a independência do Brasil, se repetem argumentos que colocam os indígenas como obstáculos para o “progresso” e a “civilização” e, por isso, suas terras são cobiçadas. Como afirma Manuela Carneiro da Cunha, no século XIX, a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão de obra para se tornar uma questão de domínio sobre suas terras (Cunha, 1992; p. 133). E este continua a ser o problema central até os dias de hoje.

No presente, a política anti indigenista do governo Bolsonaro é uma realidade que não deixa qualquer esperança de mudança na relação entre o Estado e os indígenas. Do mesmo modo, a agressividade dos interesses capitalistas avança pela Amazônia e pelas terras demarcadas indígenas. O desmatamento da floresta continua, a ilegalidade permanece impune, as terras indígenas e a vida dos que nela vivem seguem ameaçadas. Indigenistas, antropólogos e ambientalistas que defendem a preservação da cultura indígena e do meio ambiente não estão livres de terem suas vidas ceifadas. As eleições para a presidência, em outubro deste ano, decidirão se poderá haver alguma modificação nesse panorama.

Mas a vontade daqueles que resistem nos dão alguma esperança com relação ao futuro. Em primeiro lugar, a Amazônia ganhou um espaço político no cenário nacional que não teve no passado. Deverá ser pauta nos programas dos candidatos nas próximas eleições. Imprensa, associações, movimentos sociais incorporaram a Amazônia em suas agendas.

Uma das mais significativas manifestações públicas recentes foi o ato inter-religioso em defesa dos povos indígenas, que reuniu centenas de pessoas, no dia 16 de julho, na Catedral da Sé em São Paulo. Nesse evento, prestou-se homenagem a Bruno Pereira e a Dom Philips e clamou-se por justiça. A viúva de Dom agradeceu aos povos indígenas. "Queria deixar minha gratidão verdadeira pelas comunidades indígenas tradicionais desse Brasil, que mantém nossas florestas de pé. Graças a eles! A gente tem que se unir a essa luta que é nossa também" ( *Folha de São Paulo*, 17 de julho de 2022, p. A7).

Finalmente, é preciso citar a relevância do protagonismo indígena. Também, nesse ponto, há divisões. Gersem Baniwa,<sup>[11]</sup> o segundo professor indígena da Universidade de Brasília, aponta para o fato de que certos grupos indígenas sucumbiram ao canto de sereia lançado pelos interesses capitalistas – legais ou ilegais - que acabarão por destruir o modo de vida indígena e as florestas em que eles habitam ( *XV Encontro Internacional da ANPHLAC*, 28 de julho de 2022).

Porém, ele vê na educação dos indígenas, especialmente em nível superior, a possibilidade de formação de lideranças críticas que defendam o futuro das culturas indígenas, de seu modo de vida e do ambiente em que vivem. Lembra que o processo de resistência indígena se expressa na existência de 100 mil indígenas com ensino superior.

Enfim, o assassinato de Bruno Pereira e de Dom Philips desencadeou um vento forte que varreu o país. Entre o pessimismo da razão e o

otimismo da vontade, permaneço esperando que aconteçam mudanças políticas relevantes, que me permitam poder olhar para o horizonte e vislumbrar esboços, ainda que mal alinhavados, de tempos melhores.

## Bibliografia

- Cunha Manuela Carneiro da. 1992. “Política indigenista no século XIX”. CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras/Fapesp/Secretaria Municipal de Cultura.
- Gagliardi, José Mauro. 1989. *O indígena e a República*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP/Secretaria de Estado da Cultura.
- Garfield, Seth. 2001. *Indigenous struggle at the heart of Brazil (1937-1988)*. Durham: Duke University Press.
- Instituto de Estudos Socioeconômicos. 2022. *DOSSIÊ Fundação Anti-Indígena: um retrato da Funai sobre o governo Bolsonaro*. Brasília: Indigenistas Associados.
- von Ihering, Herman. 1989a. “Antropologia do Estado de São Paulo”. *Revista do Museu Paulista*, vol.VII, 1908. Citado por Gagliardi, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP/Secretaria de Estado da Cultura, 1989.
- von Ihering, Herman. 1989b. “Extermínio dos índios ou dos sertanejos?” *Jornal do Comércio*, 15 de dezembro de 1908, p.2. Citado por Gagliardi, José Mauro. *O indígena e a República*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP/Secretaria de Estado da Cultura, 1989.
- *XV Encontro Internacional da ANPHLAC*. 2022. Conferência “Desafios Históricos da Amazônia”. 28 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9IRo1Rbbwg0>. Acesso em: 28 de julho de 2022.
- Blum, Eliane. 2022. “Com a tragédia de Dom Philips e Bruno Pereira, um limite foi ultrapassado na Amazônia - a nós, que estamos vivos, só cabe a luta”. *Jornal Nexo*, 13 de junho de 2022.
- Colombo, Sylvia. 2022. “Meu amigo Dom Philips, um amigo do Brasil”. *Folha de São Paulo*, 16 de junho de 2022.
- Dantas, Dimitrius. 2022. *O Globo*, 8 de junho de 2022.
- Fishman, Andrew. 2022. *Folha de São Paulo*, 9 de junho de 2022.
- *Folha de São Paulo*, 8 de junho de 2022.
- *Folha de São Paulo*, 10 de junho de 2022.
- *Folha de São Paulo*, 13 de junho de 2022, p. A6.
- *Folha de São Paulo*, 16 de junho de 2022, A5.
- *Folha de São Paulo*, 19 de junho de 2022.
- *Folha de São Paulo*, 21 de junho de 2022.
- *Folha de São Paulo*, 17 de julho de 2022, p. A7.
- *Folha de São Paulo*, 23 de julho de 2022, p. A 11.
- *Folha de São Paulo*, 26 de julho de 2022, p. A 9.
- “Editorial”, *Folha de São Paulo*, 30 de julho de 2022, p. A2.
- Kotscho, Ricardo. 2022. “Política de governo. o que Bolsonaro já disse sobre povos indígenas e Funai”. UOL, *Blog Balaio*

- do Kotscho, UOL. 17 de junho de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/balaio-do-kotscho/2022/06/17/politica-de-governo-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-povos-indigenas-e-funai.htm>. Acesso em: 10 de julho de 2022.
- Leitão, Miriam. 2022. "Bruno na saga do voto indígena". *O Globo*, 19 de junho de 2022.
  - Sakamoto, Leonardo. 2022. "Governo ignora indígenas até na hora de anunciar as mortes de Bruno e Dom". *Blog Leonardo Sakamoto*, UOL. 16 de junho de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2022/06/16/governo-ignora-indigenas-ate-na-hora-de-anunciar-as-mortes-de-bruno-e-dom.htm>. Acesso em: 08/07/2022.
  - *Site Articulação dos Povos Indígenas do Brasil*. 2020. "Eleições 2020: número de indígenas eleitos é o maior da história do Brasil". Disponível em: <https://apiboficial.org/2020/11/17/eleicoes-2020-em-contagem-parcial-apib-mapeia-159-candidatos-indigenas-eleitos/>. Acesso em: 12 de julho de 2022.
  - Watts, Jonathan. 2022. "There is a war on nature. Dom Philips was killed trying to warn you about it". *The Guardian*, 16 de junho de 2022.

## Notas

[2]Entre outros, assinaram o documento: The Guardian, The New York Times, The Wall Street Journal, Bloomberg News, The Associate Press, Pulitzer Center, Pro Publica, The Intercept, Agência Pública de Jornalismo Investigativo e Repórteres Sem Fronteiras, Folha de São Paulo.

[1]Maria Lígia Coelho Prado é Professora Titular aposentada do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP) e Professora Emérita da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP. Agradeço a Sylvia Colombo e a Valdir Santos pelas leituras e sugestões.

[3]A terra indígena Yanomami é a maior reserva indígena do Brasil e se encontra dentro dos Estados do Amazonas e de Roraima. O povo Yanomami é considerado de recente contato, havendo ainda indígenas completamente isolados.

[4]Esta área foi reconhecida como Terra Indígena em 1999, demarcada fisicamente em 2001 e homologada, pelo governo, em maio de 2001.

[5]Na eleição de 2014, os indígenas votaram nas seis seções instaladas no Vale. Hoje, são sete. Em 2016, elegeram o primeiro representante indígena para a Câmara de vereadores de Atalaia do Norte. (Leitão, 2022).

[6]Ele foi deputado federal pelo Rio de Janeiro, entre 1991 e 2019.

[7]Os quilombolas são os descendentes de escravizados que conseguiram escapar e viver nos quilombos.

[8]Rondon nasceu em 1865 e morreu em 1958. Era engenheiro militar e considerado o primeiro sertanista brasileiro. Foi o primeiro diretor do SPI e estimulou a criação do Parque Nacional do Xingu.

[9]Nas eleições municipais de 2020, 2.212 candidatos se autodeclararam como indígenas. Desse total, 236 foram eleitos. (Site Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. 2020). Atualmente, em nível federal, Joenia Wapichana é a única deputada indígena do Brasil pelo Partido Rede Sustentabilidade de Roraima.

[10]Atualmente, apenas duas das 39 Coordenações Regionais da Funai são chefiadas por servidores públicos. As demais têm à frente oficiais das Forças Armadas e policiais militares sem formação e preparo para atuar na área.

[11]Gersem Baniwa — nome de seu povo — nasceu e foi criado na aldeia de Karapotó, que fica no município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas. Fez a graduação na Universidade Federal do Amazona e o mestrado e o doutorado na Universidade de Brasília concluído em 2010. Foi um dos fundadores e dirigente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab).